EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA EM TERRITÓRIOS MINERADOS: CURRÍCULO, MINERAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NA BACIA DO RIO DOCE (MG)

Leila Gomes de Almeida[1]; Guilherme José Pereira[2]; Geilson Oliveira dos Santos[3]; Sâmela B. N. A. Pereira[4]; Alexsandra Braga Horta[5] (Orientadora)
Email: leila.gomes.almeida@educacao.mg.gov.br, guilherme.jose.pereira@educacao.mg.gov.br, geilson.santos@educacao.mg.gov.br, samelabn1990@hotmail.com, alexsandra.horta@educacao.mg.gov.br

1. INTRODUÇÃO

A mineração estrutura histórica e socialmente o território mineiro, ganhando especial relevância na bacia do rio Doce após o desastre do rompimento da Barragem de Fundão (2015). Embora o tema seja amplamente estudado sob aspectos sociais e ambientais, a abordagem educacional sobre territórios minerados ainda apresenta lacunas. Este estudo analisa como a mineração é incorporada ao currículo do Ensino Médio, investigando as condições oferecidas pela BNCC e pelo CRMG para o ensino crítico da Geografia na região.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica (território, conflitos ambientais e educação geográfica) e análise documental prescrita da BNCC e do CRMG (Ensino Médio), no campo de Ciências Humanas (Geografia e Sociologia). O procedimento envolveu o mapeamento de descritores temáticos, o exame dos detalhamentos pedagógicos do CRMG e a interpretação teórica das habilidades curriculares voltadas à abordagem da mineração.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Proposição Conceitual:

Adota-se a categoria Territórios Minerados para designar espaços cujas dinâmicas econômicas, ambientais, políticas, culturais e educativas são permanentemente atravessadas pela atividade extrativa.

3.2. Análise Curricular:

O CRMG não menciona diretamente os desastres de Fundão e Brumadinho e não traz a mineração como eixo temático próprio.
Contudo, o currículo possui dispositivos e habilidades que autorizam essa problematização:

EM13CHS302: Avaliação dos impactos das cadeias produtivas (o CRMG cita explicitamente a cadeia dos minérios).

EM13CHS304: Análise de riscos e desastres associados à exploração mineral e vulnerabilidade ambiental.

EM13CHS305: Discusão sobre regulação, controle e fiscalização ambiental.

EM13CHS204: Compreensão de conflitos socioambientais decorrentes do uso desigual dos recursos.

O problema principal desloca-se da ausência curricular para o modo de mobilização desses dispositivos na prática pedagógica, reforçando o papel da Geografia no desenvolvimento do pensamento espacial crítico e na construção da cidadania territorial.



4. CONCLUSÃO

O currículo de Minas Gerais oferece suporte normativo suficiente para a abordagem crítica da mineração no Ensino Médio, deslocando o desafio para a prática pedagógica e a formação docente. O uso da categoria territórios minerados na educação geográfica fortalece o ensino do espaço vivido e promove a cidadania territorial dos estudantes diante dos conflitos socioambientais

5. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. In: ACSELRAD, H. et al. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-39.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. 20. ed. Campinas: Papirus, 2019.

MINAS GERAIS. SEE-MG. Currículo Referência de Minas Gerais: Ensino Médio. Belo Horizonte: SEE-MG, 2021.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

ZHOURI, Andréa. Mineração, deslocamentos e conflito ambiental. In: ZHOURI, A. (org.). Mineração, violências e resistências. Marabá: iGuana, 2018. p. 15-42.